

ano 30 – n. 119 | julho/setembro – 2022
Belo Horizonte | p. 1-396 | ISSN 0100-2589
R. Bras. Dir. Proc. – RBDPro

**Revista Brasileira de
DIREITO PROCESSUAL**

RBDPro

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Editorial.....	9
DOCTRINA	
ARTIGOS	
O superendividamento e os procedimentos de conciliação e repactuação consensual e compulsória de dívidas	
Antonio Lago Junior, Paula Sarno Braga, Verônica de Santana Bispo.....	19
1 Introdução.....	20
2 Superendividamento: definição do instituto e o restritivo conceito de mínimo existencial trazido pelo Decreto nº 11.150/2022.....	20
3 Processo judicial de repactuação de dívidas.....	25
4 Fase prévia de conciliação administrativa.....	33
5 Conclusão.....	35
Referências.....	36
Decisões manipulativas e dialógicas no controle de constitucionalidade	
Beclaute Oliveira Silva, Fernando Gabriel de Carvalho e Silva.....	39
Introdução.....	39
1 Técnicas decisórias manipulativas.....	40
1.1 Aspectos gerais.....	40
1.2 Decisões manipulativas aditivas.....	42
1.2.1 Decisões aditivas de garantia ou de prestação.....	44
1.2.2 Decisões aditivas de princípios.....	45
1.3 Decisões manipulativas substitutivas.....	47
2 Decisões dialógicas.....	48
3 Críticas às novas técnicas decisórias.....	51
Conclusão.....	52
Referências.....	54
Ações coletivas transnacionais: estado da arte e aperfeiçoamento em perspectiva comparada	
Caio Morau.....	57
Introdução.....	57
1 Globalização e massificação dos danos.....	58
2 Jurisdição e danos transnacionais.....	59
2.1 Da necessária diferenciação entre competência e jurisdição.....	60
2.2 Limites da jurisdição brasileira.....	61
3 Benefícios e custos sociais das demandas coletivas transnacionais.....	62
4 Análise crítica do <i>Caso Chevron</i>	64
5 Da necessidade de aperfeiçoamento da tutela coletiva transnacional.....	66
5.1 Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América.....	67
5.1.1 Os requisitos da ação coletiva.....	68
5.1.2 Legitimidade ativa.....	69
5.1.3 Coisa julgada.....	70
5.2 Regulamento nº 1.215/2012 do Parlamento Europeu.....	71
5.2.1 Competência.....	72

5.2.2	Reconhecimento de decisões de outros Estados-Membros.....	73
5.2.2.1	Recusa de reconhecimento.....	74
5.2.3	A recomendação da Comissão Europeia sobre os princípios comuns que devem reger os mecanismos de tutela coletiva	75
	Conclusão	76
	Referências	77

Uma teoria dos padrões de prova no processo penal

Carlos Henrique Borlido Haddad	81	
1	Introdução.....	81
2	Padrões de prova: o que são e o que fazem.....	83
3	Características ou como se formam	86
4	Denominação	88
5	Proposta de padrões de prova.....	89
5.1	Padrão 1 – padrão da fundada suspeita.....	91
5.2	Padrão 2 – padrão dos indícios razoáveis.....	92
5.3	Padrão 3 – padrão dos indícios suficientes	92
5.4	Padrão 4 – padrão da pronúncia.....	93
5.5	Padrão 5 – padrão da prova suficiente	93
6	Vale a pena mencionar o padrão 6?	95
7	Distintos graus dentro do mesmo <i>standard</i>	96
8	Padrões e ônus da prova	99
9	Um princípio que não existe: <i>in dubio pro societate</i>	102
10	<i>In dubio pro reo</i> e presunção de inocência	105
11	Considerações finais.....	109
	Referências	111

Ampliação dos pressupostos de admissibilidade nos recursos constitucionais

Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel	117	
1	Introdução.....	117
2	Recursos excepcionais: uma visão panorâmica	119
2.1	Pressupostos específicos de admissibilidade dos recursos constitucionais	120
2.1.1	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	123
2.1.2	Hipóteses de cabimento do recurso especial	127
2.1.3	A repercussão geral e a admissibilidade do recurso extraordinário	129
3	O instituto do prequestionamento analisado sob a jurisprudência contemporânea	131
3.1	Recurso extraordinário e exigência do prequestionamento: entendimento do Supremo Tribunal Federal	131
3.2	A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o prequestionamento no recurso especial	136
4	Pquestionamento na sistemática do novo Código de Processo Civil e o enfoque jurisprudencial	140
4.1	Da interposição de embargos declaratórios para fins de prequestionamento no NCPC.....	140
4.2	Da integração do voto vencido ao acórdão e o prequestionamento no NCPC.....	145
5	Considerações finais.....	147
	Referências	148

Propostas para a melhoria da eficiência do sistema de precedentes judiciais nas questões que envolvam o poder público em juízo: uma proposta *de lege ferenda*

Dalton Santos Moraes, Jefferson Carlus Carús Guedes	151
--	-----

1	Introdução	152
2	A necessidade de releitura do princípio da legalidade administrativa em decorrência da constitucionalização do direito administrativo.....	152
3	O hibridismo de tradições jurídicas vivido pelo direito brasileiro e o fosso alargado pelo sistema de precedentes judiciais em vigor no Brasil.....	157
4	O que (normativamente) nos custa a má conformação do sistema de precedentes judiciais no Brasil?.....	162
5	O quanto nos custa a má conformação do sistema de precedentes judiciais no Brasil?	165
6	Um sistema de precedentes judiciais adequado à constitucionalização do direito administrativo brasileiro precisa do efeito vinculante da administração pública às decisões do Supremo Tribunal Federal.....	169
7	Conclusão	171
	Referências	173

Etapa de ejecución penal: deficiencias recursivas. Análisis de cuestiones prácticas y posibles soluciones

Diego Palomo Vélez, Eduardo Domínguez Arias	177
Introducción.....	177
1 Algunas reflexiones en materia recursiva en la fase de ejecución penal.....	178
2 Principales casos de ausencia recursiva en fase de ejecución penal	180
2.1 Promulgación de una ley, después de ejecutoriada la sentencia, que beneficia al condenado (artículo 18 inciso tercero del Código Penal).....	181
2.2 Prestación de servicios en beneficio de la comunidad, como pena sustitutiva de una multa (artículos 49 y siguientes del Código Penal).....	185
2.3 Resoluciones dictadas por la Comisión de Libertad Condicional.....	187
2.3.1 De la Comisión	188
2.3.2 De la inexistencia de recursos procesales.....	189
2.3.3 Algunas cuestiones de fondo planteadas comúnmente por las Defensas.....	189
2.3.4 Ventajas y desventajas del sistema actual	191
2.3.5 ¿Es necesaria una modificación legal para regular el sistema recursivo en la situación en estudio?	194
3 El recurso de amparo, ¿una solución?	197
4 Los tribunales de ejecución penal.....	200
5 Posibles soluciones	202
Conclusiones.....	206
Bibliografía	208

A influência do princípio do contraditório na modulação dos efeitos de precedentes promotores de viragens jurisprudenciais envolvendo questões processuais civis

Fernando Gonzaga Jayme, Guilherme Bacelar Patrício de Assis	211
1 Introdução	211
2 Segurança jurídica e precedentes vinculantes.....	213
3 A irretroatividade das normas processuais	215
3.1 A interpretação da técnica modulatória do art. 927, §3º, do CPC/2015 à luz do seu art. 14	215
3.2 A interpretação da técnica modulatória do art. 927, §3º, do CPC/2015 à luz do contraditório	217
4 Conclusão	221
Referências	222

Da garantia fundamental à imparcialidade do juiz e a (im)possibilidade de aplicação subsidiária das normas de impedimento e suspeição do CPC/15 ao CPP/41: uma análise a partir da AIMP nº 45 do STF

Gabriela Arantes Leite	225
1 Introdução	225
2 Da garantia fundamental à imparcialidade do juiz	226
2.1 Historicidade: do plano internacional ao constitucional.....	227
2.2 Imparcialidade × neutralidade: uma necessária distinção	230
2.3 Do plano infraconstitucional: da regra do impedimento e da suspeição no CPC/15 e no CPP/41.....	232
3 Das exceções de impedimento e suspeição no CPC/2015 e no CPP/41: noções gerais	232
3.1 Causas e procedimentos das exceções de impedimento e suspeição no CPC/15	235
3.2 Causas e procedimentos das exceções de impedimento e suspeição no CPP/41	236
3.3 Comparações e questionamentos sobre as hipóteses de impedimento e suspeição no CPC/15 e no CPP/41	238
4 Da (im)possibilidade de aplicação subsidiária das normas de impedimento e suspeição do CPC/15 ao CPP/41: uma análise a partir da AIMP nº 45 do STF	239
4.1 “Ninguém se livra de pedrada de doído nem de coice de burro”	239
4.2 Desdobramentos doutrinários e jurisprudenciais: uma interpretação à luz da garantia fundamental à imparcialidade do juiz	242
5 Considerações finais.....	247
Referências	249

Explorando as potencialidades técnicas da réplica no processo civil

Guilherme César Pinheiro	253
1 Introdução	253
2 Réplica e a presunção de veracidade dos fatos constitutivos do direito do autor ..	255
3 Réplica e preliminares ao mérito	257
3.1 Preliminar de ilegitimidade do réu e a possibilidade de correção da legitimidade..	259
3.2 Preliminar de convenção de arbitragem e a suscitação de sua invalidade	259
3.3 Preliminares dilatórias, mas potencialmente peremptórias, e a correção dos vícios processuais	260
4 Réplica e defesa indireta	260
5 Réplica, julgamento antecipado do mérito e tutela provisória	262
5.1 Réplica e julgamento antecipado, total ou parcial, do mérito.....	262
5.2 Réplica e tutela provisória da evidência	265
6 Conclusão	266
Referências	267

Discursos y escritos en base al texto y contexto del proceso de ejecución.

Sobre la garantía constitucional del Principio de Audiencia

Julio Jesús Mormontoy Pérez	271
1 Introducción.....	271
2 Desarrollo	273
2.1 Antecedentes del Proceso de Ejecución, un problema de nomen iuris	273
2.1.1 Bula Papal.....	273
2.1.2 Modelo de Ejecución Italiano.....	274
2.1.3 Modelo de ejecución español	275
2.2 El estadio de la acción ejecutiva en el derecho nacional.....	276
2.3 El proceso de ejecución como instrumento.....	278

2.4	La finalidad del proceso de ejecución de garantías	280
2.5	La problemática indeterminación del “título” en la ejecución de garantías	281
2.6	Restricciones de contradicción en la ejecución judicial de garantías.	282
2.7	La oposición a la ejecución de garantías y sus efectos suspensivos a la ejecución.....	283
2.8	El contradictorio en el proceso de ejecución, una cuestión inconstitucional.....	284
2.9	Sobre la necesidad de una audiencia que garantice el contradictorio para la ejecución de garantías.....	287
2.10	Significado constitucional de la audiencia	290
2.11	La audiencia como derecho de influencia.....	291
2.12	La garantización del debido proceso como una extensión fijada en el deber de motivación de las resoluciones judiciales.....	292
2.13	Un derecho expreso en el texto constitucional: el derecho de defensa, en el contexto del paradigma del Estado Constitucional	294
3	Conclusiones.....	297
	Referencias	298

Direito fundamental à tutela jurisdiccional efetiva e produção de provas no direito processual civil

Luis Alberto Reichelt, Camila Victorazzi Martta, Alan Jece Baltazar	301	
1	Introdução.....	301
2	Direito fundamental à tutela jurisdiccional efetiva, prova e verdade.....	302
3	Direito fundamental à tutela jurisdiccional efetiva e produção antecipada de provas.....	305
4	Direito fundamental à tutela jurisdiccional efetiva e desjudicialização da atividade de instrução	308
5	Conclusão	311
	Referências	312

Os princípios da boa-fé, da cooperação, da fungibilidade recursal e da instrumentalidade das formas como vetores da ética no processo civil brasileiro

Luiz Rodrigues Wambier, Arnaldo Camanho de Assis	315	
1	Introdução.....	316
2	Princípio da boa-fé processual.....	317
3	Princípio da cooperação.....	320
4	Princípio da fungibilidade recursal	322
5	Princípio da instrumentalidade das formas.....	324
6	Considerações finais	325
	Referências	326

A legitimidade incondicional da Defensoria Pública no incidente de resolução de demandas repetitivas

Renato Tavares de Paula, Luciana Lopes Canavez	329	
1	Introdução.....	329
2	Aspectos gerais sobre o instituto	330
3	A atuação da Defensoria Pública no incidente de resolução de demandas repetitivas	334
3.1	Ideia central e analogia com a ação civil pública.....	334
3.2	Posições doutrinárias a respeito da legitimação da atuação da Defensoria Pública no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	336
3.3	A legitimidade incondicional da Defensoria Pública no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	339

4	Conclusão	341
	Referências	342

Os efeitos do recurso de apelação nos embargos à ação monitória

Sergio Seiji Shimura, Tatiana Tiberio Luz	347	
1	Introdução	347
2	Origem da ação monitória no Brasil	349
3	Direito comparado.....	350
4	Procedimento da ação monitória no Brasil.....	351
5	A possibilidade de cumprimento provisório da sentença que julga os embargos monitórios	362
6	Conclusão	371
	Referências	372

NOTAS E COMENTÁRIOS

Problemática da citação por edital e consequências práticas

J. E. Carreira Alvim, Luciana Gontijo Carreira Alvim Cabral	377	
1	Introdução	377
2	Consequências práticas da citação por edital.....	378
3	Prazos para contestação no sistema do CPC.....	378
4	Prazo inicial da contestação e sua contagem	379
5	Problemática da contagem do prazo	380
6	Simulação da contagem prática do prazo na citação por edital.....	380
7	Forma de viabilizar o disposto no art. 335, I com a sistemática do CPC	383
8	Conclusão	384

Alquimia doutrinária-legislativa-jurisdicional e a (perniciosa) sublimação da boa-fé processual

Lúcio Delfino	385
----------------------------	-----

Política Editorial	389
--------------------------	-----

Instruções para os autores.....	391
---------------------------------	-----

Editorial Policy	393
------------------------	-----

Information for authors	395
-------------------------------	-----